

SITUANDO O CAMPO EMPÍRICO DO "INTERNACIONAL"*

LOCALIZING INTERNATIONAL FIELDWORK

Johanna Siméant-Germanos**

Introdução

Todo texto sobre os “trabalhos de campo” de um pesquisador – caso não opte pelo registro da autoflagelação (retomando um universo de análise em que teria irremediavelmente fracassado) ou, ao contrário, da valorização teórica de sua prática (que encobriria suas falhas e hesitações) – leva a constatar os descompassos entre várias dimensões muito diferentes do “trabalho de campo”: aquele que se desejaria fazer ou não fazer; aquele que se é encorajado a fazer; aquele que se pensa fazer e que se acreditou fazer; aquele que se efetivamente fez; aquele que se descreve ter feito quando se presta contas por escrito; e, às vezes, aquele que os colegas acreditam que se fez. Essas múltiplas imagens explicam a hesitação em produzir uma teoria de algo que foi uma combinação de possibilidades.

A perspectiva etnográfica tem a vantagem de aprender com seus erros: atenuando-os e, quando fornecem inteligibilidade, tornando-os perdoáveis. E suas verdadeiras falhas são aquelas que não são identificadas e que, por isso, são deixadas para a crítica dos outros. Esse ponto de partida busca, portanto, encorajar a modéstia em qualquer “teoria do trabalho de campo”: sem dúvida, o melhor é aquele que se conseguiu fazer e a partir do qual se foi capaz, muitas vezes retrospectivamente, de interpretar as resistências e morfologia.

Em contrapartida, nada impede que se exponham os procedimentos que fomos adotando sobre categorias presentes no universo empírico e sobre questões científicas. A própria palavra “campo” convida a isso, pois lembra que, assim como um esporte de combate, a sociologia é um es-

* Artigo publicado originalmente em *Politix* (2012, vol. 4, n° 100, p. 129- 147) com o título “Localiser le terrain de l’international”. Tradução de Patrícia Reuillard (UFRGS), revisão de Eliana Tavares dos Reis (UFMA).

** École Normale Supérieure (ENS), Paris, França. E-mail: johanna.simeant@ens.psl. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2347-903X>.

porte ao ar livre. Se levarmos a metáfora a sério¹, há muito a dizer sobre terrenos escorregadios, lamacentos ou escarpados; sobre aqueles onde falta ar e equipamentos para enfrentá-los (oxigênio ou estatística, travas ou entrevistas registradas); sobre a vantagem de atravessá-los (estratos geológicos ou sociais a serem observados? Espécies raras de minerais ou práticas sociais a serem coletadas? Relações surpreendentes entre fenômenos?); e sobre a demarcação e o caminho que se consegue traçar² como sendo a opção possível, pois “nem (sempre) se pode pegar o metrô até o ‘campo’ de pesquisa³”.

Desse ponto de vista, as formas de ação transnacionais podem demandar estratégias de pesquisa e teóricas particulares. Porque remetem a práticas e configurações em que a superposição rotineira entre sociedade/Estado⁴ é ainda mais problemática do que na investigação que se restringe às fronteiras nacionais.

Orientada por essas questões, retomei para este texto uma série de “trabalhos de campo” efetuados entre 1998 e 2011⁵, inicialmente no âmbito de organizações humanitárias francesas e, depois, no da militância altermundialista, especialmente com militantes africanos em sua relação com o mundo das ONGs. A maioria desses empreendimentos, não por acaso, foi realizada de modo coletivo.

Alguns elementos de reflexão devem ser correlacionados a um estado particular da pesquisa sobre as ONGs e, para além disso, à maneira como o “internacional” foi tratado pelas ciências sociais. Há 15 ou 20 anos, os estudos de desenvolvimento se concentram nos projetos das ONGs nos países beneficiários; ao passo que as abordagens das “relações internacionais”, mesmo aquelas que promoviam o estudo das ONGs (como a corrente transnacionalista⁶), enfocavam a relação dessas organizações com a ordem internacional e as tratava como Es-

1. O que é uma condição de seu uso controlado, preferível a um policiamento meticuloso da linguagem. Sobre a necessidade de ir até o fim da metáfora, cf. Passeron (J.-C.), *Le raisonnement sociologique. L'espace non poppérien du raisonnement naturel*, Paris, Nathan, 1991, p. 144 et s. As referências feitas nas notas de rodapé seguem a normalização da versão do texto veiculada *Politix*, por decisão do Comitê Editorial da *Repocs* [Nota da editoria].

2. O imaginário geográfico e campestre é um poderoso reservatório de metáforas para a pesquisa em ciências sociais. Conhecemos o famoso texto de Selvin e Stuart sobre a coleta de dados em estatística: Selvin (H.), Stuart (A.), “Data dredging procedures in survey analysis”, *American Statistician*, 20 (3), 1966 (reproduzido e traduzido pelo título “Procédés de dragage des données: la cueillette, la pêche, la chasse”, in Padioleau (J.-G.), dir., *L'opinion publique. Examen critique, nouvelles directions*, Paris, Mouton, 1981.

3. Passaro (J.), “You Can't Take the Subway to the Field!”, in Gupta (A.), Ferguson (J.), eds, *Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley, University of California Press, 1997.

4. No raciocínio sociológico, “o termo sociedade (é) frequentemente utilizado, como se vê perfeitamente em Durkheim, como sinônimo de ‘país’, de ‘nação’ ou de ‘Estado’”, escreve L. Boltanski em *L'Amour et la Justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*, Paris, Métailié, 1990, p. 51.

5. Em anexo.

6. Encarnada, por exemplo, por Keohane (R.), Nye (J.), *Transnational Relations And World Politics*. Cambridge (MA), Harvard University Press, 1972.

tados: átomos organizacionais e entidades *sui generis*, cuja apreensão não importava muito. Em suma, parecia ter se reproduzido entre os defensores da focalização dessas entidades nas “relações internacionais” academicamente consagradas o mesmo que entre os realistas: a tendência a tratar seus objetos de predileção como blocos reificados, e a tendência geral a procurar “grandes determinantes” (“interesse nacional”, “cálculos-ou-valores”) para as “grandes” causas ou para os “grandes” acontecimentos⁷.

Esse momento corresponde também àquele em que muitos pesquisadores em ciências sociais, preocupados com uma ancoragem empírica, aventuraram-se no estudo do “internacional”⁸ e tentaram problematizar o sintagma da mundialização. A relativa indiferença em relação ao *corpus* clássico das relações internacionais oportunizou o exame dessas organizações de um ponto de vista tripla: a partir de seus países

de origem, de seus espaços de intervenção e dos cenários internacionais onde elas promoviam sua causa.

Como nenhum método de investigação pode ser apartado das questões teóricas que o impulsionaram e daquelas que ele produz, é dessas correlações entre construção do objeto e prática da investigação em contextos internacionalizados que vou tratar a seguir. Embora não haja diferença de essência entre as ciências sociais do político que se debruçam sobre o “internacional” e aquelas que seriam “locais”, existem, em compensação, diferenças de grau e de amplitude relacionadas à natureza das configurações que se busca entender. Quatro aspectos que demonstram isso remetem: à questão da identificação do universo empírico e dos processos de internacionalização (visto que as configurações internacionais não são mais estáveis do que qualquer outra); da importância de criar meios para

7. Embora o paradigma burocrático da análise das relações internacionais fosse exceção, ele incidia significativamente sobre a burocracia nos Estados – e não sobre outros atores.

8. Pudemos observar vários movimentos simultâneos oriundos de campos disciplinares diferentes e nem sempre conectados. Cf. na França, Topalov (C.), dir., *Laboratoires du nouveau siècle*. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914, Paris, Éditions de l'EHESS, 1999; Buchet de Neuilly (Y.), *Les cheminements chaotiques de la politique étrangère européenne*, tese de doutorado em ciência política, Université Paris I, 2001; Dezalay (Y.), Garth (B.), *La mondialisation des guerres de palais*. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique latine: entre notables du droit et “Chicago boys”, Paris, Seuil, 2002; Lefranc (S.), “Pacifier, scientifiquement. Les ONG spécialisées dans la résolution des conflits”, in Le Pape (M.), Siméant (J.), Vidal (C.), dir., *Crises extrêmes*. Face aux massacres, aux guerres civiles et aux génocides, Paris, La Découverte, 2006. Nos Estados Unidos, um fenômeno anterior atinge a antropologia e a sociologia: alguns de seus representantes se interrogam sobre o exercício de sua prática em contextos cujas fronteiras não são mais evidentes: a etnografia “fechada” parece agora impossível e surge a questão de sua ancoragem ao “global”. Sobre esse ponto, cf. Gupta (A.), Ferguson (J.), “Beyond “Culture”: Space, Identity, and the Politics of Difference”, *Cultural Anthropology*, 7 (1), 1992; Marcus (G.), “Ethnography In/Of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, 24, 1995; Gupta (A.), Ferguson (J.), “The Field as Site, Method, and Location in Anthropology”, in Gupta (A.), Ferguson (J.), eds, *Anthropological Locations...*, op. cit.; Burawoy (M.), *Global Ethnography: Forces, Connections, and Imaginations in a Postmodern World*, Berkeley, University of California Press, 2000.

compreender a divisão do trabalho em organizações internacionais (governamentais ou não); da necessidade de considerar as trajetórias individuais para cartografar os espaços nos quais elas se desdobram; e, por fim, de investir em pesquisas sistemáticas em acontecimentos internacionais.

1. Encontrar o campo empírico: situar as ONGs e os processos de internacionalização, variar as escalas de observação

Fazer trabalho de campo é, inicialmente, “encontrar o ‘campo’”... “*All politics is local politics*”. Conhecemos essa frase clássica que lembra com acerto que, mesmo em matéria de política internacional, as práticas e estratégias locais importam... desde que se

maneje o termo “local” com certa prudência: “Toda atividade política (mesmo a internacional) ocorre em algum lugar” seria, sem dúvida, a implicação sociológica mais justa dessa fórmula – razão da importância de identificar esse “algum lugar”, de *situá-lo*¹⁰. Isso não significa reduzir todos os processos de mobilização internacional a um espaço local (entendido na maioria das vezes como um *campo* organizacional nacional), arriscando negligenciar a preeminência de certos *campos* e configurações internacionais¹¹.

Nenhuma escala de observação é superior a outra, mas se trata ao menos de escolher a escala pertinente sem determiná-la *a priori*¹². O mundo dos *lobbies* em Bruxelas, a grande organização da *advocacy* em Washington, a comunidade humanitária internacional em Monróvia, ou a coordena-

9 Markowitz (L.), “Finding the Field: Notes on the Ethnography of NGOs”, *Human Organization*, 60, 2001.

10 Remetemos evidentemente aos trabalhos sobre “L’analyse localisée du politique”. Cf. Briquet (J.-L.), Sawicki (F.), “L’analyse localisée du politique. Lieux de recherche ou recherche de lieux?”, *Politix*, 7-8, 1989.

11 Sobre esse ponto, discordamos parcialmente de Éric Agrikoliansky quando ele salienta (com razão, no entanto) a importância da configuração militante nacional para compreender o Fórum Social... com o risco, entretanto de concluir que é primeiro por esse viés que a mobilização altermundialista deve ser compreendida. Agrikoliansky (É.), Sommier (I.), dir., *Radiographie du mouvement altermondialiste*, Paris, La Dispute, 2005.

12 Ao final do trabalho comunitário, Pascal Dauvin e eu escrevemos: “A escolha de manter a observação ‘aqui’ e ‘lá’ se articulou àquela de um empirismo controlado, único capaz de deslocar o olhar e de compreender o que as ONGs fazem no dia a dia. A análise da ação concreta humanitária, a imersão etnográfica, permitiam não aplicar às ONGs uma visão “top-down” que considera os programas humanitários como aplicados de modo vertical a partir das matrizes, o fato de que a ação humanitária seja uma ação de dimensão internacional não impede que seus locais de inscrições sejam locais, localizados e situados, e tanjam assim à observação empírica. É também a imersão etnográfica que possibilita não separar as competências dos atores humanitários (e, portanto, sua socialização eventual), a maneira como essas competências e *savoir-faire* podem ser valorizados no dia a dia (por eles mesmos e nas lutas no interior das ONGs), os efeitos da divisão do trabalho nas organizações e, por fim, a complexidade de uma ação pública combinando a intervenção de atores e instituições aos interesses, estratégias, *savoir-faire* e financiamentos muito diferentes. Em suma, vê-se com dificuldade como separar o “teórico” do “empírico”: escolher olhar de um certo modo, mobilizar ferramentas de análise que raramente o são (comentário de agendas e de cadernetas de endereços, observação e vida nas ONGs...) é uma maneira de inscrever na pesquisa intuições teóricas.” Dauvin (P.), Siméant (J.), CAHIER, *Le travail humanitaire, les acteurs des ONG du siège au terrain*, Paris, Presses de Sciences Po, 2002, p. 376-377.

ção das associações de solidariedade internacional baseadas em uma grande capital do Norte, são todos pequenos mundos permeados por efeitos locais, cujo papel deve ser especificado. Esses exemplos remetem a lugares geográficos precisos e delimitados, mas isso não significa que tudo que se passa ali seja determinado apenas por lógicas micro locais.

Nesse aspecto, e a menos que se considere que as configurações internacionais são estáveis (assim como qualquer configuração humana, jogadores de cartas ou equipe de futebol, elas não o são), é preciso também compreender empiricamente as mudanças de escala praticadas pelos próprios atores¹³, mesmo que nem sempre eles se deem conta disso. De fato, o caráter internacional nada diz da consistência dos processos de internacionalização. Tomemos como exemplo a maneira como as ONGs humanitárias e de desenvolvimento “se internacionalizam”, ou seja, uma ONG é fundada em um Estado e tende a se desenvolver em outros.

Com demasiada frequência, esses processos são considerados, por exemplo, sob o prisma da “transnacionalização das sociedades civis” devido à “difusão das normas¹⁴”, o que tende a engendrar uma interpretação muito idealista. Ora, a problemática da localização está parcialmente relacionada a esses processos de concorrência e de divisão do trabalho para os quais vários fatores contribuem: captação de fundos junto a financiadores públicos e privados, busca de pessoal qualificado,

consequências da concorrência entre organizações, estímulo dos Estados preocupados em financiar organizações de países variados ou de seu próprio país, etc.

Evidentemente, abordar esses processos supunha uma socialização junto às ONGs, só possibilitada pela imersão, que, além do mais, viabiliza circular entre as instâncias da organização e através das fronteiras. Recorrer à etnografia nas ONGs foi o primeiro recurso para evitar os problemas clássicos de reificação dos coletivos. Pascal Dauvin, Jean-Pierre Masse e eu mesma havíamos negociado nossa participação no âmbito de três organizações, sempre por um período de dois meses. O fato de não nos concentrarmos em uma única foi um trunfo, visto que nossos interlocutores não desejavam assumir a responsabilidade de bloquear um trabalho universitário que parecia autorizado pelos outros.

Havíamos pago nossas passagens de avião e estávamos na posição de semi-participantes: vivendo entre os trabalhadores humanitários, mas sem “bançar” os humanitários (já que não temos competências médicas, logísticas ou de gestão). A participação nas organizações nos garantia uma segurança significativa: nem MDM (*Médecins du Monde*) nem MSF (*Médecins Sans Frontières*) nem Hi (*Handicap International*) teriam permitido nossa presença em situações de crises “graves” (como a do Sudão), que poderiam rapidamente desandar. E alguns dos países onde estávamos fazendo observação (a Libéria) se encontravam em situação de “pós-conflito”. Apre-

13 Tarrow (S.), McAdam (D.), “Scale Shift in Transnational Contention” in della Porta (D.), Tarrow (S.), eds, *Transnational Protest and Global Activism*, Lanham, Rowman & Littlefield, 2005.

14 Finnemore (M.), Sikkink (K.), “International Norm Dynamics and Political Change”, *International Organization*, 52, 1998.

ciamos muito essa segurança, especialmente quando telefonemas angustiados do departamento de pessoal da universidade nos lembraram que estava fora de cogitação autorizar qualquer afastamento para a Libéria ou, mais tarde, para Serra Leoa... O fato de não custar nada a essas organizações, ou quase nada, nos permitia evitar as situações de contra dádiva mais complicadas de administrar (“expertise” e “formulação de recomendações”). Enfim, anunciar que fazíamos “uma pesquisa sobre a profissionalização humanitária” (apresentação pessoal verídica, mesmo que muito parcial) não deixava claro que nos interessávamos mais pelos conflitos em torno dessa questão do que por sua necessidade ou definição, mas suscitou o interesse de nossos interlocutores por se identificarem com esse debate.

Essa situação semi-participante, além de ser uma posição de observação privilegiada, teve um papel profundo de socialização no ambiente humanitário. Ela nos permitiu compreender coisas que eram tão evidentes para nossos sujeitos de pesquisa que eles jamais teriam pensado em formulá-las nas entrevistas¹⁵ na sede, nem nós pensaríamos em perguntá-las (não partilhávamos as refeições com os empregados africanos da missão...). Ao passo que essas questões surgiam nas conversas diárias ou graças à observação, como um cartaz visto por Jean-Pierre Masse na casa de trabalhadores humanitários na Tailândia, que solicitava que se utilizasse, de preferência, a casa de hóspedes da ONG ao invés da *villa*, quando se tivesse companhia. Nada além do clássi-

co sobre a diferença entre consciência prática e consciência discursiva¹⁶, e sobre os efeitos de censura nas entrevistas.

O tempo do cotidiano (e de um cotidiano tão doméstico quanto profissional, já que vivíamos com nossos pesquisados) era, portanto, de permanente aprendizagem, entremeado de revelações. Por exemplo, quando uma expressão se repetia sem cessar até que nos déssemos conta de sua importância: uma das primeiras palavras da tribo que descobrimos no dia a dia humanitário foi *per diem*, termo que designava a indenização paga às equipes locais das estruturas hospitalares auxiliadas pela ONG e que resumia, com certa cruzeza, a consistência das relações entre membros internacionais e locais (volta e meia ressurgia, nas conversas dos membros da ONG, a ironia sobre os funcionários locais ávidos de *per diem*).

Da mesma maneira, viver o cotidiano de uma missão humanitária permitiu rapidamente descobrir o alcance das tarefas administrativas (relatórios enviados à sede e aos financiadores, reuniões de coordenação com o “parceiros”, etc.). Uma parte do trabalho humanitário que os membros não consideravam muito importante explicar, mas que poderia nos levar a representações mais ingênuas das causas do desconforto real do cotidiano humanitário, estava relacionada tanto com a rotina burocrática, as panes do ar condicionado e o barulho do gerador que alimenta o laptop quanto com as balas disparadas, as crianças salvas e as aventuras em caminhonete 4x4.

15 Siméant (J.), Dauvin (P.), “Travailler sur l’humanitaire par entretiens – Retour sur une “méthode”. *Mots – Les langages du politique*, 65, 2001.

16 Giddens (A.), *The Constitution of Society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

Observamos igualmente grandes similitudes entre as organizações, até mesmo a circulação entre elas: como o guia de orientações MSF utilizado por MDM em uma missão na Guiné Conacri, em 1998, e que resumia bem a preeminência da MSF no *campo* humanitário médico. E essa imersão permitiu ainda verificar a forte semelhança entre elas no que diz respeito à forma como atuam (às vezes surpreende para quem conhece seu empenho para se distinguir umas das outras nos seus países de origem).

Adiciona-se a isso que a convivência indicava, por vezes, que estávamos mais a par das diferenças de doutrinas do que seus próprios membros. O que nos ajudou a compreender que a aculturação aos valores da organização é mais uma questão de tempo do que de *slogans* decorados antes de partir para o trabalho de campo. Enfim, o fato de sermos permanentemente considerados como membros da ONG ou como “internacionais” foi uma boa lição sobre como as populações locais percebiam componentes das ONGs, de agências de cooperação ou das Nações Unidas: um mesmo conjunto de trabalhadores humanitários internacionais identificáveis por sua *heris* corporal, por suas caminhonetes 4x4, etc.¹⁷

O trabalho de “campo” não é profícuo somente por aquilo que ele ensina, mas também pelo que ele proporciona em termos de aceitação dos pesquisados. Participar da vida humanitária, mesmo que

por dois meses, acabou nos dando uma forma de legitimidade junto a essas organizações acostumadas com sociólogos de passagem pela sede. E evitou de sermos percebidos como um enésimo observador (por todos), ou como alguém da sede (pelo pessoal “de campo”). Inclusive possibilitando realizar entrevistas mais eficazes, sobretudo se comparadas às primeiras que fizemos na sede.

Outro ponto merece ser sublinhado: nós nos aproximamos na forma de sentir, de experimentar o orgulho presente nas “primeiras missões”, expresso nas conversas na volta das incursões no “campo”. Foi uma verdadeira lição sobre quais podem ser as retribuições dos engajamentos humanitários. E ainda graças às discussões coletivas de nossa equipe (cujos membros não estavam todos presentes no trabalho de campo) e ao trabalho em organizações diferentes, tínhamos os meios de controlar melhor a relação com o objeto. Como a identificação da ironia cruzada existente entre essas organizações: caçoando que MDM não passa de uma “Pepsi” em relação à Coca-Cola-MSF; os membros de MSF se vangloriando de serem tão críticos que discordam de si próprios, etc. A dificuldade de comunicar o que sentimos foi compreendida porque pudemos compartilhá-la entre nós¹⁸.

Até mesmo nossa chegada nessas organizações se revelou um instrumento muito proveitoso para testar a consistência das re-

17 É claro que algumas de nossas descobertas ingênuas foram recebidas com um pouco de ironia, em nossas primeiras situações de comunicação científica, por alguns colegas internacionalistas que visivelmente sabiam tudo – ou um pouco – disso, mas nunca tinham se dado o trabalho de escrevê-lo. Tanto que isso era considerado por eles como sendo “irrelevante”, sem dúvida em nome do esquema “para nobres causas, grandes determinantes”.

18 Mesmo mediatizada pela ONG, essa pesquisa de campo era a nossa primeira experiência da África sub-saariana – experiência que, às vezes, vivenciei com dificuldade no plano físico e moral.

lações entre o “trabalho de campo” e “sede”. Jean-Pierre Masse desembarcou em uma missão da *Handicap International* no sudeste asiático que mal sabia de sua vinda, o que dava uma ideia da intensidade e da eficácia da comunicação. Eu mesma levei uma semana para me dar conta de que os voluntários da missão da *Médecins du Monde* na Guiné não haviam compreendido o que significava meu “estágio de observação”, laboriosamente negociado, e me tomavam por uma espécie de “especialista/espia/psi” (a equipe passara por um grave conflito).

Enfim, viver em uma casa humanitária foi útil para ter acesso mais fácil às comunidades locais do meio internacional, observar as relações no seu interior¹⁹, os conflitos sobre a definição da ação humanitária, etc. Isso permitia compreender as relações entre ONGs, organizações internacionais, militares e outras instituições estatais, bem como entender melhor se essas relações eram específicas àquele contexto ou mais representativas das situações de crises internacionais em geral. Finalmente, era uma maneira de perceber os comportamentos considerados problemáticos (ou não) no âmbito da missão e nas relações da missão com o exterior, quer se tratassem de atitudes que poderiam macular a sua reputação (por exemplo, bebidas alcoólicas ou relações amorosas) ou de comportamentos específicos aos quais era preciso se adaptar (prática de corrupção, *status* das mulheres...). Mas até que ponto?

Não se trata, é claro, de mitificar o trabalho de “campo” (e aqui, em especial, aquele dos humanitários, que não é o mesmo do sociólogo), ou de considerar que ele é a única maneira de abordar a ação das ONGs internacionais. O trabalho de “campo” também significa passar um tempo na sede, mas às vezes por razões ligeiramente diferentes daquelas previstas. Por exemplo, examinar orçamentos de missão (ou orçamentos de missões ou orçamento da missão) possibilita constatar o excesso de trabalho dos empregados da sede no escritório ao lado, sob a pressão das equipes e do conselho de administração; ouvir os decanos da associação numa escada falando sobre sua próxima maratona ou sobre corridas na montanha instiga a aprofundar a questão dos *ethos* esportivos no trabalho humanitário e, para além, da relação com o heroísmo.

A etnografia, aqui a etnografia do “internacional”, remete fortemente à questão de “encontrar o campo empírico”. Não se trata apenas de etnografia multissituada²⁰, termo que, depois de ter corretamente apontado as exigências e restrições dos universos globalizados, tornou-se mais um clichê na feira internacional das ciências sociais. Tem a ver com a questão da variação de escala na observação e na análise – isso para apreender os numerosos espaços nos quais se encastram as estratégias dos atores. O que supõe considerar a ação das

19 À exemplo das recepções às quais é impossível não comparecer quando um coordenador de missão terá a chance de cruzar com um representante de uma agência das Nações Unidas ou com um patrocinador capaz de promover uma missão em um país vizinho, ou um jantar onde se poderá coletar informações sobre a segurança na fronteira, etc.

20 O *paper* de George Marcus foi evidentemente reduzido a seu título... Marcus (G.), “Ethnography In/ Of the World System...”, art. cit.

ONGs em vários níveis: Onde elas agem? Qual o nível pertinente de sua ação? Por que esse nível nunca se estabiliza e sua localização depende também das estratégias e percepções dos membros da organização? É a etnografia que permite considerar todos esses níveis, circular entre eles para compreender o que cria a consistência da organização e o papel dos intermediários em sua produção. Uma outra etapa consiste então em trabalhar sobre os processos de homogeneização nas e entre as ONGs, assim como entre diferentes seções nacionais da “mesma organização”²¹: este é um aspecto, entre outros, dos efeitos da divisão do trabalho na organização.

2. Compreender a divisão do trabalho em organizações internacionais

Trata-se de um truísmo: o estudo das ONGs sairia ganhando se abrissemos a sigla e lembrássemos delas como *organizações*, pois comportam processos clássicos para o sociólogo do político: divisão do trabalho e suas consequências, concentração da informação, conflitos sobre o direito de falar em nome da organização... A prudência sociológica quanto ao estudo das organizações deveria ser redobrada nos espaços internacionais²², especialmente porque a divisão do trabalho significa aqui tanto os efeitos da divisão internacional do trabalho entre

organizações quanto as formas de divisão do trabalho no interior de ONGs internacionais. O que pode ser observado a partir de quatro aspectos em particular.

O primeiro é a relação dessas organizações com uma parcela significativa de colaboradores e voluntários, apesar de sua “profissionalização”. Se o apoio de forças colaborativas confere uma importante legitimidade a essas organizações, ela supõe também que se observe suas tensões internas em torno das formas legítimas de sua ação. A própria noção de “profissionalização” assume sentidos muito diferentes (salário, competência, dependência aos critérios dos patrocinadores institucionais, etc.), que exigem a criação de meios de observação. A desigual capacidade à expatriação conforme as categorias profissionais remete à mesma questão. Como a tensão, nas organizações médicas, entre, de um lado, detentores da competência médica e, de outro lado, jovens assalariados da sede, diplomados em Direito ou Relações Internacionais, em aumento crescente relacionado à participação desigual dos financiadores.

Esses caminhos de pesquisa – nem sempre considerados “nobres” por aqueles que creem que as nobres causas, que sobejam nas relações internacionais, só tangem a nobres fatores – supõem que se leve a sério os processos internos de divisão do trabalho nessas organizações internacionais

21 Mais uma vez, esse processo de homogeneização pode se produzir de diversas maneiras: pelo direito das marcas (quando o fundador de uma ONG, como Bernard Kouchner na França, patenteou o nome da organização *Médecins du Monde*), por meio da gestão dos recursos financeiros, de viagens pessoais, etc.

22 Não empregamos aqui “divisão do trabalho” no sentido de divisão econômica do trabalho, como fazem, por exemplo, os teóricos da dependência, mas em um sentido mais próximo da tradição da sociologia política que se inspira em R. Michels por exemplo.

para compreender seus efeitos sobre a promoção desigual das causas internacionais²³. Por exemplo, como não verificar uma consequência parcial da escalada das formações acadêmicas em direito internacional no aumento das estratégias de *advocacy*²⁴?

Essa divisão do trabalho é multiplicada pela dimensão internacional dessas organizações e remete particularmente às tensões permanentes entre a “sede” e as atividades “em campo” (aqui referentes às “missões” operacionais de muitas dessas organizações). Uma visão *top-down* da governança das ONGs não perceberia os efeitos frequentemente inevitáveis da autonomização da atuação “em campo” em relação ao trabalho desempenhado na “sede”, e a maneira como os atores, quando saem para agir no “campo”, aproveitam esses afastamentos para promover seus interesses específicos (não enviar toda a informação exigida pela sede, dar a questão como decidida em cenários locais...). Isso não significa substituir uma abordagem *top-down* por uma *bottom-up*, mas deveria lembrar que essa relação sede(s)-campo(s) nunca é inteiramente estável e que nem a legitimidade nem a autoridade da organização se resumem ao seu *slogan* e valores oficiais. A escolha de intervir em um país diz respeito tanto ao “não podemos não estar lá” (em termos de financiamento, de visibilidade...) quanto à

identificação equilibrada de necessidades claramente definidas.

Essa divisão do trabalho também deve ser observada entre as diferentes seções nacionais da mesma ONG, tal como definida por seu nome, mesmo que possa se materializar em culturas organizacionais muito diferentes. Existem tantas associações e *status* caritativos quantas leis nacionais, e cada organização internacional (ONU, OMC, etc.) dispõe de sua própria definição de ONG (no sentido de entidade com a qual é legítimo falar e à qual é legítimo dar um *status*²⁵). Dessa forma, particularidades nacionais podem diferenciar muito essas entidades. Por exemplo, a MSF Suíça é conhecida por se orientar mais para projetos de desenvolvimento do que de urgência; a MSF holandesa e MSF belga se voltam mais para os direitos humanos e a *advocacy* do que a MSF francesa, cujos porta-vozes insistem na legitimidade histórica da organização. Se de um ponto de vista externo, a tendência é a de empregar sem distinção o acrônimo da organização, há, entretanto, concorrência entre suas seções nacionais quanto ao direito de encarnar a identidade institucional.

Por fim, a autodesignação como “organização não governamental” não deveria nos levar a negligenciar as relações das ONGs com seus patrocinadores (cooperações, agências das Nações Unidas ou da Europa, governos).

23 Dezalay (S.) “Des droits de l’homme au marché du développement. Note de recherche sur le champ faible de la gestion des conflits armés”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 174, 2008; Lefranc (S.), “Du droit à la paix. La circulation des techniques internationales de pacification par le bas”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 174, 2008.

24 Sobre esse ponto, tomo a liberdade de remeter a Siméant (J.), “Interpreting the rise of international ‘advocacy’”, *Humanity*, 2014, Vol. 5, n.º. 3, p. 323-343. Ver <http://www.humanityjournal.net/issue-5-3/interpreting-the-rise-of-international-advocacy>.

25 Meyer (D.), “ONG: une catégorie juridique introuvable, une définition utilitaire. Réflexions sur une définition en droit des ONG”, in Siméant (J.), Dauvin (P.), dir., *ONG et humanitaire*, Paris, L’Harmattan, 2004.

Sem ceder às concepções mais caricaturais da dependência das ONGs aos patrocinadores, a conformação desigual das primeiras em relação aos segundos deve muitas vezes ser considerada sob o ângulo do isomorfismo institucional²⁶, e supõe dispositivos idôneos de observação. Assim, o que significa a adoção por essas organizações do quadro lógico de análise (QL) promovido pelos patrocinadores em seus relatórios financeiros? O que significa, em uma carreira profissional, atuar em uma ONG antes de se candidatar a uma organização internacional? O que quer dizer, mesmo para a ONG mais ativa, a intervenção em uma ex-colônia de seu Estado e com a qual se compartilha a língua? O que dizer, enfim, da conformidade na prática de ONGs verbalmente críticas a seus próprios governos e tão persuadidas de manterem sua autonomia que jogam com as licitações do momento e seu vocabulário?²⁷

3. Seguir os percursos individuais para reconstituir os ambientes do ativismo internacional

Outro modo de identificar os espaços e configurações pertinentes em que se envolvem e agem os indivíduos consiste, evidentemente, em acompanhar suas trajetórias temporais e geográficas. Isso remete não somente a uma sociologia da própria socialização desses agentes, mas também à contextualização de suas propriedades sociais

em espaços internacionais (*campo internacional* dos direitos humanos, etc.) reconstituídas à medida que esses indivíduos são acompanhados (já que não se sabe *a priori* onde estão esses espaços pertinentes).

Aqui, também, é o tempo etnográfico que permite o acesso às histórias de vida. Esperando durante horas em caminhonetes que aguardavam para entrar em Kosovo ou em outros postos de fronteira na África, Pascal Dauvin não perdeu tempo: esses tempos mortos são também aqueles em que os trabalhadores humanitários falam com facilidade da vida pessoal quando indagados. De modo mais geral, o tédio e o aspecto repetitivo da vida nas missões humanitárias, excetuando situações de urgência (isto é, boa parte dos casos que observamos²⁸), o fato de que a expatriação, combinada à vida em comunidade, possa logo ser vivenciada de modo opressor, torna atrativa uma discussão intensa com um terceiro, para o qual se expõem tormentos íntimos, conflitos profissionais e pessoais sem grandes consequências, desde que a confiança tenha sido estabelecida antes.

São essas pistas que permitem perceber o estilo das diferentes organizações, as perspectivas profissionais nesse meio, os riscos que correm os trabalhadores humanitários e as dificuldades de reinserção de certos voluntários que, por terem passado tempo demais longe de casa, não conseguem mais retomar uma vida corriqueira e aceitam, às vezes, a “missão a mais”. É exatamente por-

26 DiMaggio (P.), Powell (W.), “The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields”, *American Sociological Review*, 48, 1983.

27 Na década de 1990, uma determinada ONG, por exemplo, tinha muitos leitores do jornal *Le Monde Diplomatique...* mas fazia a cobrança dos custos (promovida pelo Banco Mundial).

28 Até em situações de urgência pode haver tédio; quando, por exemplo, não se pode deixar as instalações da ONG devido à recrudescência de um conflito.

que nunca se estabilizam as fronteiras entre vocações e lógicas profissionais, lógicas estatais e associativas, nacionais e internacionais, que o acompanhamento de carreiras individuais é importante quando se estuda os defensores contemporâneos dos direitos humanos ou as redes reformadoras na virada do século XIX e do XX²⁹.

Seguir os indivíduos para identificar os espaços significa não acreditar no poder diligentemente explicativo da socialização primária, mas proceder (considerando a indeterminação dos *campos* internacionais nos quais os indivíduos se movem) como se se estivesse seguindo pássaros migradores para compreender as mudanças climáticas. Em suma, trata-se de reconstruir esses espaços graças ao acompanhamento dos indivíduos que neles se deslocam. Foi assim que, em um trabalho sistemático para correlacionar as trajetórias à construção de um *campo* profissional, Sandrine Lefranc conseguiu mostrar que o desenvolvimento do *campo* internacional da reconciliação pós-conflito tem muito a ver com o *campo* acadêmico da *Alternative Dispute Resolution* (ADR)³⁰, marcado por origens nacionais específicas³¹. As ONGs internacionais, por mais cosmopolitas que se considerem, tendem com frequência a universalizar (ou, ao contrário, a desvalorizar)

competências muito específicas, quer se trate de cirurgia, saúde pública, ou de domínio do *corpus* jurídico dos direitos humanos³².

Acompanhar os atores no *campo internacional* é uma das maneiras de se movimentar dentro dele e de perceber sua estrutura. Como lembra Romain Lecler³³, citando George Marcus acerca da etnografia multissituada, esta não é a única maneira: pode-se também acompanhar as coisas, as metáforas, os relatos, os bens... ou, enfim, considerar as “etnografias de sítio único”, mas situadas estrategicamente.

4. Eventos internacionais, investigações coletivas e equipes multinacionais

Uma última estratégia empírica que pratiquei, mais uma vez em equipe, consiste em passar por um “nós”, que podem ser instituições (cf. a metáfora das organizações internacionais como “recife de coral³⁴”), ou outros momentos de encontro dos atores internacionais. Nesses espaços fragmentados dos campos internacionais, pode-se tentar aproveitar as situações em que atores de contextos nacionais diferentes se encontram: conferências de grandes organizações, reuniões internacionais do G8, do FMI, da cúpula das Américas,

29 Topalov (C.) (dir.), *Laboratoires du nouveau siècle...*, op. cit.

30 Também chamado, no Brasil, de MASC – Métodos Adequados de Solução de Conflitos (Nota de trad.).

31 Lefranc (S.), Vairel (F.), “The Emergence of Transitional Justice as a Professional International Practice”, in Galimi (V.), Israël (L.), Mouralis (G.), dir., *Coming to Terms with War and Dictatorship*, 2013.

32 A contribuição do trabalho de Dezalay e Garth sobre a internacionalização das guerras palacianas é conhecida – eles a fundamentam empiricamente na reconstituição de grande número de trajetórias individuais. Dezalay (Y.), Garth (B.), *La mondialisation des guerres de palais...*, op. cit.

33 Lecler (R.), *Sociologie de la mondialisation*, Paris, La Découverte, Repères, 2013.

34 Tarrow (S.), “Transnational Politics: Contention and Institutions in International Politics”, *Annual Review of Political Science*, 4, 2001.

que frequentemente provocam protestos; ou ainda grandes reuniões militantes, tais como os fóruns sociais mundiais, continentais, regionais, etc. Não se trata de mais um procedimento puramente etnográfico, entendido como imersão longa em um meio de interconhecimento. Mesmo que isso evidentemente não impeça que se desenvolva um procedimento etnográfico, quando se encontra ou se observa uma organização ou movimento em um evento desse tipo, que se segue há muito tempo, a visão de um grupo ou de uma rede é apenas parcial.

Ainda que fora dos cânones da abordagem etnográfica, a ideia de aproveitar tais ocasiões não deveria ser abandonada³⁵. A dimensão dramática de tais elementos é crucial em razão da sua unidade de tempo e de lugar, do investimento, dos grupos que se mobilizam diante do que percebem como um público internacional e que trazem à cena o que está internacionalmente

em jogo (efeitos da mundialização, futuro do planeta, desigualdades globais, solidariedade internacional...). Por essa razão, é particularmente heurístico observar esses eventos de maneira sistemática, o que supõe agir – quase inevitavelmente e dado o pouco tempo disponível, além da pouca familiaridade com o contexto local de uma parte da equipe – de modo coletivo. E, se possível, em equipes multinacionais, com mais condições de enfrentar certos efeitos de etnocentrismo, e até mesmo de reproduzir quase experimentalmente na equipe a problemática própria ao evento³⁶, como vamos ver.

Darei dois exemplos de projetos de pesquisa coletivos que coordenei, no âmbito de fóruns sociais mundiais: em Nairóbi, em 2007, e em Dakar, em 2011.

O Fórum Social Mundial de Nairóbi, em 2007, era o primeiro a ocorrer na África. Então, o que estava particularmente em jogo

35 Sobre este ponto, remetemos também a Combes (H.), Hmed (C.), Mathieu (L.), Siméant (J.), Sommier (I.), "Observer les mobilisations. Retour sur les ficelles du métier de sociologue des mouvements sociaux", *Politix*, 93, 2011.

36 Por exemplo, sobre o sucesso do evento, ou não, etc. Esses aspectos se combinam a uma dimensão da formação para pesquisa quando essas equipes, que nisso se aproximam das oficinas-escolas, contam com jovens pesquisadores, mais simples de formar em um quadro coletivo vivenciado como menos ansiogênico do que uma primeira situação de pesquisa isolada. Sobre esse ponto, cf. Weber (F.), "Une pédagogie collective de l'enquête de terrain", *Études rurales*, 107-108, 1987. Inútil ressaltar que a possibilidades dessas investigações coletivas remete àquela do seu financiamento. Os três casos que cito foram todos apoiados por financiamentos de pesquisa predeterminados obtidos anteriormente, às vezes antes de ter pensado nessas investigações: um contrato Mire sobre as associações de solidariedade para Le Travail Humanitaire e, nos dois casos de investigações FSM, uma combinação de financiamentos (até seis fontes diferentes), com uma vertente de formação, única capaz de interessar a cooperação francesa, que permite mobilizar o apoio de programas de doutorado, acabar com "restos" de créditos de pesquisa e, jogando com um acúmulo de somas razoáveis obtidas separadamente, contar com o apoio de umas e outras, conseguindo, no final, colocar o máximo de pessoas no avião antes de alojá-las num albergue da juventude. Se esses projetos demandam muita energia, pode também haver um círculo virtuoso da pesquisa com poucos recursos: situação de aprendizagem durante a pesquisa, somada a estes momentos de utopia científica e comunitária marcados pelo engajamento de todos e todas, contribui para uma divisão do trabalho científico relativamente reduzida e culmina em práticas de pesquisa e de produção dos dados que, por vezes, causam inveja nos colegas estrangeiros mais dotados.

era observar como os participantes, africanos ou não, investiam a questão do lugar da África no mundo e neste evento. Nós³⁷ desejávamos, por outro lado, examinar como os participantes, sobretudo os africanos, haviam conseguido ir a esse fórum (um aspecto geralmente negligenciado dos trabalhos sobre a “sociedade civil global” é a questão do custo da participação nesses eventos que supostamente a encarnam).

Nessa investigação, que reunia cerca de 25 pesquisadores e jovens pesquisadores, franceses e quenianos na maioria, criamos um dispositivo de observação sistemática de uma centena de oficinas selecionadas do programa geral e preparamos um guia de observação de quatro páginas. Tínhamos nos inspirado na pesquisa codirigida por Isabelle Sommier e Éric Agrikoliansky³⁸ durante o Fórum Social Europeu, mas cujos resultados qualitativos do mesmo tipo haviam sido pouco explorados. O guia de observação orientava a atentar para o modo de falar das pessoas, a composição da assembleia, a maneira como se fazia referência ou não à África, o grau de *expertise* mobilizado na oficina, o lugar das ONGs nas oficinas, entre outras variáveis. Cada oficina era observada por uma dupla binacional, o que evitava deixar de lado pontos pertinentes cuja identificação dependia da familiaridade com o movimento altermundialista ou com o Quênia, ou da posse uma competência linguística específica (espanhol, suaíli...).

Esse trabalho em equipe multinacional não foi útil somente no plano linguístico ou da familiaridade social, mas também permitiu constatar que a equipe de pesquisa funcionava em certos aspectos como um microcosmo desse evento internacional. Por exemplo, certas temáticas que pareciam menos importantes para alguém da equipe, a ponto de abandonar sua observação, mostravam-se, ao contrário, centrais para outros (como a temática “os jovens e o futuro da África”, que fazia sorrir certos jovens pesquisadores franceses, mas tinha motivado muito os estudantes quenianos)³⁹.

Evidentemente, as atividades paralelas do Fórum também eram examinadas, (como o saque a um restaurante do Fórum que por acaso pertencia a um familiar do ministro do Interior e foi vivenciado como um momento radical da política do ventre). Por outro lado, entrevistas biográficas eram feitas durante todo o evento. Outro ângulo de nossa pesquisa incidia sobre os aspectos materiais da participação por meio de entrevistas com delegados africanos. Concentrando-nos numa sociologia muito materialista da passagem de avião, concluímos que nenhum participante africano estava presente sem o apoio financeiro de uma organização do Norte, o que lançava muita luz sobre o patrocínio das “militâncias” africanas por ONGs. Essa gestão da diversidade da equipe, em particular no que diz respeito à dimensão mais qualitativa e por

37 Marie-Emmanuelle Pommerolle e eu, com Hélène Charton.

38 Agrikoliansky (É.), Sommier (I.), dir., *Radiographie du mouvement altermondialiste*, op. cit.

39 Mais uma vez, pede-se ao leitor que desculpe tal trivialidade: porém, se os pesquisadores são em geral levados a reconhecer que cada pesquisa carrega a marca de suas particularidades nacionais, todos tendemos a esquecer as consequências desse fato quando tratamos da organização e da metodologia da pesquisa – o que tem alguma chance de produzir efeitos, em especial em investigações sobre eventos internacionais!

observação do trabalho, passou pela criação de um dispositivo de escrita que combinava vinhetas de tipo etnográfico, assinadas individualmente, com introduções de capítulos escritas a várias mãos. Essa era uma maneira de combinar um trabalho coletivo com observações personalizadas que assim dosavam, de modo complexo, responsabilidade editorial coletiva e envolvimento etnográfico individual⁴⁰.

Em 2011, no Fórum Social Mundial de Dakar, fizemos uma pesquisa quantitativa a partir de uma sondagem (n=1069) nas oficinas e em outros lugares do Fórum, a fim de não selecionar em excesso a participação intelectual nesse evento. Do mesmo modo, para não privilegiar os locutores franceses e ingleses (escolha que teria automaticamente levado à conclusão de que esses eventos são muito seletivos dadas as competências linguísticas pressupostas pela internacionalização), optamos por fazer o questionário em cinco línguas: inglês, francês, espanhol, português e wolof. Isso significava considerar tanto a autoadministração quanto a administração de questionários (já que alguém que fosse unicamente locutor de wolof teria pouca chance de saber lê-lo). Esse questionário comportava uma parte biográfica importante sobre a experiência internacional, o financiamento da viagem, a posição ocupada na organização, o *status* de assalariado ou não em uma ONG, etc.

A composição multinacional da equipe de pesquisa proporcionou também numerosos e heurísticos debates sobre a codi-

ificação das categorias socioprofissionais, recobrando realidades diversas, conforme as nacionalidades dos entrevistados. Por fim, a exploração por Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) foi um meio de contornar a impossibilidade crescente de um tratamento estatístico do tipo “todas as coisas sendo iguais” em uma configuração internacional: a ACM, combinada a uma classificação ascendente hierárquica, permitiu controlar melhor o sentido de variáveis sociográficas em função dos grupos nacionais reconstituídos. Em ambos os casos, a prática de uma divisão do trabalho a mais reduzida possível na equipe de pesquisa, somada ao fato de morar no mesmo lugar, o que permitia reuniões técnicas à noite, foi uma ferramenta importante tanto do “rigor qualitativo⁴¹” quanto do quantitativo.

A questão é: não fazer uma teoria de sua prática empírica, mas tentar manter um pouco de imaginação sociológica na sociologia política do internacional. Portanto, não se trata de substituir um modo pelo outro, de postular uma única arte de fazer pesquisas internacionais, mas de lembrar que existem métodos mais ou menos adaptados a questões teóricas, até mesmo que permitem construir novas questões que poderiam ter sido ignoradas anteriormente (segundo Howard Becker: “Os dados que tenho são a resposta a uma pergunta. Que pergunta estou fazendo para que tudo o que tenho anotado em minhas cadernetas seja uma resposta razoável para ela?”).⁴²

40 Pommerolle (M.-E.), Siméant (J.), dir., *Un autre monde à Nairobi. Le Forum Social 2007*, Paris, Karthala, 2008.

41 Olivier De Sardan (J.-P.). *La rigueur du qualitatif. Les contraintes empiriques de l'interprétation socio-anthropologique*, Louvain-la-Neuve, Academia-Bruylant, 2008.

42 Becker (H.), *Les ficelles du métier*, Paris, La Découverte, 2002, p. 196.

Quando nos encontramos na fronteira da etnografia da ação pública internacional (através dos programas humanitários e de desenvolvimento), de uma sociologia dos ativistas transnacionais, de suas conexões e carreiras profissionais, ou da reconstituição de campos internacionais da promoção das boas causas, há chances de que a combinação de métodos etnográficos, de prosopografia, de histórias de vida e de atenção goffmaniana ao palco e aos bastidores das grandes cerimônias internacionais produza felizes ganhos de conhecimento.

Trata-se então de garantir esses meios do empirismo irreduzível⁴³ no internacional – quer dizer, como negá-lo, com custos crescentes. Se nos situamos além disso em uma perspectiva em que é desejável a menor divisão possível do trabalho sociológico, concordaremos que não se trata nem mais nem menos do que defender uma forma de trabalho artesanal de luxo nas ciências sociais...

43 Schwartz (O.), “L’empirisme irréductible”, postface à Anderson (N.), *Le hobo*. Sociologie du sans-abri, Paris, Nathan, 1993, p. 265-308.

Anexo. Três dispositivos empíricos

<p>Organizações, sítios ou eventos observados ----- Questões e vantagens teóricas</p>	<p>Método empírico</p>
<p><i>Médecins Sans Frontières (MSF) Médecins Du Monde (MDM) Handicap International (HI)</i> (de modo menos central do que outras organizações do campo humanitário) ----- Os determinantes do envolvimento humanitário A problemática da profissionalização A divisão do trabalho nas ONGs humanitárias internacionais Abordar a ação humanitária como uma forma de ação pública internacional O vínculo entre testemunho e ação</p>	<p>Pesquisa coletiva (entre três e oito pessoas). Observação etnográfica por três membros em ONGs do mesmo campo (a cada vez em várias missões da ONG): J. Siméant com MDM no Mali, na Libéria e na Guiné Conakry (verão 1998) P. Dauvin com MSF em Madagascar (verão 1998), Macedônia e Kosovo (junho de 1999) J.-P. Masse com HI na Tailândia e no Camboja (verão 1998) 200 entrevistas semi-estruturadas (com uma parte de histórias de vida) junto a trabalhadores humanitários assim como representantes de seus patrocinadores, na sede e nas missões Fontes documentais e arquivos quando era possível.</p> <hr/> <p>Sondagem administrada a partir de uma amostragem das fichas MDM e MSF (n=820)</p>
<p>Fórum Social Mundial em Nairóbi (2007) ----- As condições de internacionalização dos ativistas africanos Qual a relação desses ativistas com o mundo das ONGs e dos patrocinadores do Norte? Em matéria de financiamento em particular? A problemática da representação da África no FSM Competições internacionais a respeito da representação da África</p>	<p>Pesquisa coletiva (23 jovens pesquisadores franceses, 14 jovens pesquisadores quenianos) Observações qualitativas coletivas (com redação prévia de um guia de observação padronizado) em 130 oficinas do FSM 150 entrevistas com ativistas africanos (uma parte da entrevista mais orientada para as dimensões biográficas, a outra para os aspectos práticos da participação no FSM)</p>
<p>Fórum Social Mundial em Dakar (2011) ----- As condições de internacionalização dos ativistas africanos Relação com o mundo das ONGs Financiamento do ativismo internacional A problemática da representação da África no FSM Relação dos movimentos senegaleses com a esfera ONG</p>	<p>Pesquisa coletiva (40 jovens pesquisadores franceses, 12 jovens pesquisadores senegaleses) Sondagem (n = 1069) administrada em cinco línguas (francês, português, wolof, inglês, espanhol), ou auto-administrada, ou administrada (o que permitia alcançar sujeitos pesquisados que não sabiam ler); questões sobre os pertencimentos organizacionais. O status de assalariados ou não de ONG, a experiência no campo internacional. A profissão, outros dados sociográficos, etc. Observação direta</p>

RESUMO

As formas transnacionais de ação podem demandar estratégias empíricas e teóricas específicas visto que remetem, ao menos em parte, a práticas e configurações em que uma superposição rotineira sociedade/Estado é ainda mais problemática do que uma pesquisa restrita às fronteiras nacionais. O objetivo deste artigo é expor aquelas relativas à questão da identificação do campo de pesquisa e dos processos de internacionalização. O artigo reflete sobre a divisão do trabalho nessas organizações internacionais e sobre a investigação das trajetórias individuais como possibilidade de reconstituir os meios do ativismo internacional. Por fim, examina as possibilidades abertas por investigações coletivas efetuadas nos eventos internacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Transnacionalização. Ativismo. ONG. Pesquisa de campo.

ABSTRACT

Transnational forms of activism involve, in part, practices in which the relationship between society and the State is even more problematic than with “local” action. Observation of them can therefore involve empirical and theoretical strategies. This article aims to expose strategies, linked to “field” identification and the internationalization processes. The article examines the ways to grasp the division of labor in these international organizations, and to track individual trajectories of transnational activism. It then examines the opportunities for international activist events offered by surveys.

KEYWORDS

Transnationalization. Activism. ONG. Field research.

Recebido em: 12/03/2023

Aprovado em: 26/04/2023